



**DECRETO Nº. 4365 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Declara Situação de Atenção sobre o Uso Racional de Recursos Hídricos na Estância Turística de Paraibuna.

**CONSIDERANDO** as altas temperaturas registradas no município, efeito da onda de calor com temperatura extrema;

**CONSIDERANDO** que afetando diretamente a condição de hidratação, higiene, e alimentação da população, se faz necessário a intervenção do Poder Público Municipal em forma de prevenção de situações adversas de risco a vida com destaque a COBRADE 1.3.3.1.0 – Temperaturas extremas – Onda de Calor.

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;

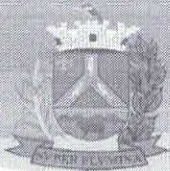
**CONSIDERANDO** a necessidade urgente de racionalizar o uso da água potável, restringindo-o às necessidades básicas da população e às atividades estritamente essenciais à saúde pública e ao bem-estar coletivo;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública é detentora do poder de polícia administrativa, prerrogativa que lhe permite adotar medidas legais, normativas, executivas, fiscalizatórias e punitivas com vistas a restringir a atividade do particular em prol da tutela de bem comum de uso do povo, bem como em defesa do meio ambiente sadio e equilibrado;

**CONSIDERANDO** a disposição sobre sanções administrativas derivadas de condutas e atividades consideradas lesivas à saúde pública e ao meio ambiente; que institui e adere em âmbito municipal, em convênio com o Estado de São Paulo, ao Programa Estadual de universalização do acesso ao saneamento básico Lei Municipal nº 3.615, de 29 de agosto de 2025;

**CONSIDERANDO** o disposto na RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 57, DE 1º DE JULHO DE 2014, que dispõe sobre condições mínimas para realização de racionamentos em situações emergenciais de abastecimento de água nos municípios associados à ARES-PCJ





**DECRETO Nº. 4365 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.**

- Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ);

**HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**, Prefeita da Estância Turística de Paraibuna, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica declarada Situação de Atenção para Uso Racional de Recursos Hídricos na Estância Turística de Paraibuna.

**Art. 2º** Durante a vigência deste Decreto, fica proibido o uso de água potável para fins alheios às necessidades básicas da população, constituindo infração gravíssima o uso indevido para atividades como lavagem de veículos, calçadas, passeios dentre outras atividades similares.

**Art. 3º** Para fins deste Decreto, atuarão na Fiscalização os servidores municipais ocupantes de qualquer cargo do GRUPO OCUPACIONAL FISCALIZAÇÃO.

**§1º.** Fica a fiscalização municipal encarregada pelo mapeamento e fiscalização do cumprimento deste Decreto;

**§2º.** Constatada a prática de conduta ilícita, o Fiscal Municipal lavrará Termo de Ocorrência de Irregularidade com Advertência, e em caso de reiteração da conduta, será remetido ao Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, para aplicação de penalidade;

**§3º.** A penalidade pela infração será igual a 10 (dez) vezes o valor da tarifa mínima de fornecimento de água da categoria correspondente, conforme RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 674, de 17 de dezembro de 2025, dobrada em caso de reincidência.

**§ 4º** Qualquer pessoa que constatar o descumprimento do presente Decreto poderá denunciá-lo ao Poder Público, por meio do envio de vídeos, fotografias ou quaisquer outros meios de prova que subsidiem a apuração da infração, por meio dos seguintes canais:

- Prefeitura;
- a. pessoalmente, na Divisão de Protocolo no Ganha da
  - b. pelo correio eletrônico: [ouvidoria@paraibuna.sp.gov.br](mailto:ouvidoria@paraibuna.sp.gov.br);
  - c. pelo site: <https://eouve.com.br/#/ouvidoria>

**§5º** A identidade do denunciante será mantida sob sigilo, nos termos da legislação vigente, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal de quem der causa à sua violação.

**§6º** Excetua-se das proibições deste artigo os estabelecimentos comerciais regularmente autorizados para a prestação





**DECRETO Nº. 4365 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.**

desses serviços, enquanto perdurar o estado de estiagem declarado por este Decreto.

**Art. 4º** Caberá ao Fiscal Municipal e ao Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente:

- I - fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto;
- II - notificar o infrator quanto à infração cometida, com abertura de processo administrativo correspondente para aplicação das penalidades previstas.

§ 1º O infrator poderá apresentar recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, dirigido ao Departamento Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, por meio de protocolo efetuado pessoalmente na Divisão de Protocolo no Ganha da Prefeitura, situado à Rua Coronel Camargo, n. 142, Centro, e dirigido ao referido setor.

§ 2º Para fins deste Decreto, considera-se infratora a pessoa física ou jurídica usuária de recursos hídricos neste Município.

§ 3º O Fiscal Municipal e o Departamento Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente poderão solicitar o apoio de outros órgãos para o exercício das atividades previstas neste artigo.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com validade de 90 dias, revogando-se as disposições em contrário.

Estância Turística de Paraibuna, 30 de dezembro de 2025.

  
**HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**  
Prefeita Municipal

  
Registrado e publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal.  
Celina Nunes Guimarães Pereira  
Agente Administrativo